

Elementos de Administração 3

Clayton Robson Moreira da Silva
(Organizador)

Atena
Editora

Ano 2019

Clayton Robson Moreira da Silva

(Organizador)

Elementos de Administração

3

Atena Editora
2019

2019 by Atena Editora

Copyright © da Atena Editora

Editora Chefe: Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Diagramação e Edição de Arte: Lorena Prestes e Geraldo Alves

Revisão: Os autores

Conselho Editorial

- Prof. Dr. Alan Mario Zuffo – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Constantino Ribeiro de Oliveira Junior – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Darllan Collins da Cunha e Silva – Universidade Estadual Paulista
Profª Drª Deusilene Souza Vieira Dall’Acqua – Universidade Federal de Rondônia
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Profª Drª Juliane Sant’Ana Bento – Universidade Federal do Rio Grande do Sul
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Prof. Dr. Jorge González Aguilera – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)

E38 Elementos de administração 3 [recurso eletrônico] / Organizador Clayton Robson Moreira da Silva. – Ponta Grossa (PR): Atena Editora, 2019. – (Elementos de Administração; v. 3)

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN 978-85-7247-176-3

DOI 10.22533/at.ed.763191303

1. Administração. 2. Empreendedorismo. I. Silva, Clayton Robson Moreira da. II. Série.

CDD 658.4

Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores.

2019

Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

www.atenaeditora.com.br

APRESENTAÇÃO

A obra “Elementos de Administração” compreende uma série com sete volumes de livros, publicados pela Atena Editora, os quais abordam diversas temáticas inerentes ao campo da administração. Este terceiro volume, composto por quinze capítulos, contempla trabalhos com foco em empreendedorismo, inovação e redes interorganizacionais e está dividido em três partes.

A primeira parte deste volume compreende cinco capítulos que reúnem estudos sobre empreendedorismo, proporcionando ao leitor uma ampla visão sobre o tema em suas diferentes facetas, uma vez que são apresentados trabalhos envolvendo ensino de empreendedorismo, intenção e orientação empreendedora, e o papel do empreendedorismo em contextos sociais e econômicos. A segunda parte deste volume agrega cinco capítulos que desenvolvem pesquisas sobre inovação, disponibilizando aos leitores um material diversificado sobre a temática, que engloba estudos sobre inovação em micro e pequenas empresas, na indústria, de produtos e social. Na terceira parte deste volume, são apresentados cinco capítulos que contemplam pesquisas sobre redes interorganizacionais e de cooperação, possibilitando a compreensão dos diferentes arranjos entre as organizações, bem como a origem e o desenvolvimento de redes de relações e cooperação.

Dessa forma, este terceiro volume é dedicado àqueles que desejam ampliar seus conhecimentos e percepções sobre os “Elementos de Administração” com foco em empreendedorismo, inovação e redes interorganizacionais, por meio de um arcabouço teórico construído por uma série de artigos desenvolvidos por pesquisadores renomados e com sólida trajetória no campo da administração. Ainda, ressalta-se que este volume agrega à área de administração à medida em que reúne um material rico e diversificado, proporcionando a ampliação do debate sobre os temas e conduzindo gestores, empreendedores e pesquisadores ao delineamento de novas estratégias de gestão de negócios, com foco na inovação e na construção de redes de relações e cooperações, objetivando o êxito empresarial.

Por fim, espero que este livro possa contribuir para a discussão e consolidação de temas relevantes para a área da administração, levando pesquisadores, docentes, gestores, analistas, consultores e estudantes à reflexão sobre os assuntos aqui abordados.

Clayton Robson Moreira da Silva

SUMÁRIO

PARTE I – EMPREENDEDORISMO

CAPÍTULO 1 1

LIMITAÇÕES EPISTEMOLÓGICAS DO ENSINO DE EMPREENDEDORISMO

André Luiz Kopelke

DOI 10.22533/at.ed.7631913031

CAPÍTULO 2 20

A INTENÇÃO EMPREENDEDORA COMO ATRATIVO PARA O DISCENTE EM ADMINISTRAÇÃO

Arlindo Faray Vieira

Renilson Pinheiro Silva

Ricardo Henrique da Rocha Oliveira

Tatiana Mendes Bacellar

Mirelle Faray Vieira

DOI 10.22533/at.ed.7631913032

CAPÍTULO 3 37

POR DENTRO DO SHOW: A ORIENTAÇÃO EMPREENDEDORA COMO A ESTRELA PRINCIPAL DO SHOWBIZ

Eduardo Dantas Soares

Marcos Rogério Mazieri

DOI 10.22533/at.ed.7631913033

CAPÍTULO 4 51

A PERCEPÇÃO DOS HABITANTES DE SÃO JOSÉ DOS CAMPOS EM RELAÇÃO AO EMPREENDEDORISMO SER UM POSSÍVEL AGENTE AMENIZADOR SOBRE O DESEMPREGO

Maximilian Espuny

Mauricio Bueno da Silva

DOI 10.22533/at.ed.7631913034

CAPÍTULO 5 59

EMPREENDEDORISMO INTERNACIONAL E AS ESTRATÉGIAS DE MITIGAÇÃO DO RISCO POLÍTICO

Luiz Paulo da Silva Costa

DOI 10.22533/at.ed.7631913035

PARTE II – INOVAÇÃO

CAPÍTULO 6 79

INOVAÇÃO NA MICRO E PEQUENA EMPRESA: CATALISADORES E BARREIRAS

Tiago Bomfim Claudino

Sandra Maria dos Santos

Augusto César de Aquino Cabral

Maria Naiula Monteiro da Silva

DOI 10.22533/at.ed.7631913036

CAPÍTULO 7 98

INOVAÇÃO NA INDÚSTRIA DO AMAZONAS: UMA ANÁLISE DOS DADOS DA PINTEC

Bartolomeu Miranda Pereira

Maria Emilia Melo da Costa

DOI 10.22533/at.ed.7631913037

CAPÍTULO 8 113

INTEGRAÇÃO DO CONHECIMENTO E INOVAÇÃO ABERTA: UM ENFOQUE INTERCULTURAL

Kleber Luís Celadon

Roberto Sbragia

DOI 10.22533/at.ed.7631913038

CAPÍTULO 9 131

P&D E MARKETING INTEGRADOS PARA O SUCESSO NA INOVAÇÃO DE PRODUTOS: A EXPERIÊNCIA DE UMA FABRICANTE DE MATÉRIAS-PRIMAS COSMÉTICAS (ARTIGO PUBLICADO NA REBRAE, V.10 N.2, MAIO-AGO 2017)

Eduardo Pinheiro Gondim de Vasconcellos

Fabiano Gregolin

DOI 10.22533/at.ed.7631913039

CAPÍTULO 10 147

CRIPTOMOEDAS E *BLOCKCHAIN* NO PROCESSO DE INOVAÇÃO SOCIAL

Fernando Alves Silveira

Érico Souza Costa

Amilde Adílio Cardoso

DOI 10.22533/at.ed.76319130310

PARTE III – REDES INTERORGANIZACIONAIS E DE COOPERAÇÃO

CAPÍTULO 11 158

AS REDES DE PAÍSES IMPORTADORES DAS PEQUENAS E MÉDIAS EMPRESAS BRASILEIRAS NOS ANOS DE 2010 A 2014

Flávia Braga Chinelato

Diogo Batista de Freitas Cruz

DOI 10.22533/at.ed.76319130311

CAPÍTULO 12 175

A CONFIANÇA E O COMPROMETIMENTO COMO CATALISADORES DA EVOLUÇÃO DAS REDES

Miguel Eugenio Minuzzi Vilanova

Anne Carolina Tonon Seneme Casarin

Ernesto Michelângelo Giglio

DOI 10.22533/at.ed.76319130312

CAPÍTULO 13 193

RELAÇÃO ENTRE CONFIANÇA, COMPROMETIMENTO E DESEMPENHO EM REDES INTERORGANIZACIONAIS

Thaís Helena Vieira Lobo

Alejandro Lynn Pereira Ramirez

Renato Telles

DOI 10.22533/at.ed.76319130313

CAPÍTULO 14209

A INFLUÊNCIA DA COOPERAÇÃO E DA COMPETIÇÃO NA COOPETIÇÃO: UM ESTUDO NOS CLUSTERS VAREJISTAS DA CIDADE DE SÃO PAULO

Rosângela Sarmiento Silva

Denis Donaire

Leandro Campi Prearo

Marcos Antonio Gaspar

DOI 10.22533/at.ed.76319130314

CAPÍTULO 15227

COOPERAÇÃO TÉCNICA UNIVERSIDADE-EMPRESA: INICIATIVA ESTRATÉGICA PARA ALAVANCAR A COMPETITIVIDADE DO SETOR METALMECÂNICO NO ESTADO DO CEARÁ

Priscilla Marques Carneiro

DOI 10.22533/at.ed.76319130315

SOBRE O ORGANIZADOR.....245

LIMITAÇÕES EPISTEMOLÓGICAS DO ENSINO DE EMPREENDEDORISMO

André Luiz Kopelke

Instituto Federal Catarinense – Campus Ibirama/
SC

RESUMO: O presente ensaio tem por objetivo contribuir para o debate acerca da necessidade de um aprofundamento da discussão sobre os fundamentos epistemológicos dos conteúdos ministrados nos cursos de graduação em administração, em especial nas disciplinas voltadas à formação de empreendedores. Argumenta-se que o reconhecimento das bases positivista/funcionalista no ensino de administração poderia contribuir para a admissão de que a formação de empreendedores voltados ao mercado concorrencial é claramente insuficiente para o enfrentamento dos desafios sociais do mundo contemporâneo. O trabalho aborda algumas limitações da concepção tradicional sobre empreendedorismo e questiona a sua utilidade para a resolução da crise dos empregos. Uma revisão dos fundamentos epistemológicos dos conteúdos curriculares ministrados no ensino de graduação em administração permitirá uma melhor compreensão das deficiências estruturais do capitalismo e da inadequação da formação tradicional de empreendedores voltados para a lógica do mercado. Ao mesmo

tempo, criam-se condições para a formação de um novo empreendedor, o empreendedor social, cuja ação é orientada por valores não mercantis, como a solidariedade, a reciprocidade, a base comunitária e o uso de saberes locais.

PALAVRAS-CHAVE: Empreendedorismo, epistemologia, ensino de administração empreendedorismo social.

ABSTRACT: The purpose of this essay is to contribute to the debate about the need to deepen the discussion about the epistemological foundations of the content taught in the undergraduate courses in administration, especially in the disciplines focused on the formation of entrepreneurs. It is argued that the recognition of the positivist / functionalist bases in management education could contribute to the admission that the training of entrepreneurs focused on the competitive market is clearly insufficient to face the social challenges of the contemporary world. The paper addresses some limitations of the traditional conception of entrepreneurship and questions its usefulness in resolving the jobs crisis. A review of the epistemological foundations of the curricular contents taught in undergraduate teaching in administration will allow a better understanding of the structural deficiencies of capitalism and the inadequacy of the traditional training of entrepreneurs focused on the logic of the market.

At the same time, conditions are created for the formation of a new entrepreneur, the social entrepreneur whose action is guided by non-market values such as solidarity, reciprocity, community base and the use of local knowledge.

KEYWORDS: Entrepreneurship, epistemology, management education social entrepreneurship.

1 | INTRODUÇÃO

Muitas Instituições de Ensino Superior, em particular os cursos de graduação em administração, tem se lançado, com crescente entusiasmo, na oferta de cursos voltados para a formação de empreendedores. As Instituições de Ensino apregoam aos seus estudantes que são capazes de inculcar um conjunto de habilidades técnicas e comportamentais que permitirão ao estudante de administração, ser o seu próprio patrão e auferir rendimentos muito superiores aos que ele conseguiria como empregado de uma empresa.

O presente ensaio tem por objetivo contribuir para o debate acerca da necessidade de um aprofundamento da discussão sobre os fundamentos epistemológicos dos conteúdos ministrados nos cursos de graduação em administração, em especial nas disciplinas voltadas à formação de empreendedores. Argumenta-se que o reconhecimento das bases positivista/funcionalista no ensino de administração poderia contribuir para a admissão de que a formação de empreendedores voltados ao mercado concorrencial é claramente insuficiente para o enfrentamento dos desafios sociais do mundo contemporâneo. Ao mesmo tempo, a percepção da existência de outras bases epistemológicas poderia criar condições para o fortalecimento da formação crítica dos estudantes permitindo o desenvolvimento de habilidades que os proporcionem a compreensão das limitações do modelo de desenvolvimento econômico em vigor, bem como suas consequências sobre trabalhadores e pequenos empreendedores. Tal questionamento também possibilitaria uma maior abertura, por parte destes profissionais, para modelos de desenvolvimento econômicos alternativos, baseados na organização da sociedade civil e no empreendimento social.

O presente trabalho se subdivide em cinco tópicos incluindo esta introdução e as considerações finais. O próximo tópico abordará a questão da concepção contemporânea sobre empreendedorismo. Será abordada a importância econômica dos micro e pequenos empreendimentos. A visão tradicional segundo a qual o empreendedorismo se mostra como uma saída para a crise dos empregos será questionada. Também será abordada a questão da responsabilidade do empreendedor sobre o sucesso ou o fracasso de seu empreendimento. O terceiro tópico entrará na discussão do modelo de acumulação em curso na sociedade capitalista. Serão apresentados argumentos segundo os quais, os elevados índices de fracasso dos pequenos empreendimentos podem não ser decorrentes unicamente das habilidades

inadequadas do empreendedor. Um aspecto sistêmico e estrutural do capitalismo pode estar precipitando a mortalidade dos pequenos negócios. Um quarto tópico apresenta uma visão alternativa para a questão do empreendedorismo. O empreendedorismo não precisa necessariamente ser estruturado sobre os valores utilitaristas do mercado. Várias iniciativas empreendedoras baseadas em valores substantivos comunitários voltados para o bem comum tem surgido. Nesse novo contexto de organização produtiva e social existe espaço para um novo tipo de empreendedor. Por fim, argumenta-se que a Universidade e demais Instituições de Ensino Superior poderiam assumir um papel mais ativo na formação desses novos empreendedores.

2 | O EMPREENDEDORISMO NO CONTEXTO DA ECONOMIA CAPITALISTA

A importância econômica dos pequenos e médios empreendimentos é significativa e não pode ser desprezada. No Brasil as micro e pequenas empresas representam 99% do total de empresas da economia brasileira, e são responsáveis pela produção de 20% do PIB nacional (IBGE, 2012). Mas a grande contribuição dessas empresas está na geração de empregos. Elas são responsáveis por quase 52% dos postos formais de trabalho do setor privado (SEBRAE, DIEESE, 2013).

A magnitude da participação dos empreendimentos de pequeno e médio porte na geração de empregos tem suscitado, entre alguns autores (FERREIRA; OLIVA; SANTOS; GRISI; LIMA, 2012), a importância destas organizações para enfrentar a crise capitalista na geração de empregos (RIFKIN, 1996). Os empregos extintos nas grandes corporações pelas inovações tecnológicas podem, supostamente, ser supridos com ampla vantagem pelos pequenos empreendimentos (DORNELAS, 2001).

Diante de dados tão expressivos, vários são os defensores de incentivos aos pequenos empreendimentos privados pois esses pequenos negócios trazem uma série de contribuições para o crescimento econômico e o desenvolvimento social. Os pequenos negócios são responsáveis por gerar riquezas, promover a inclusão social, desconcentrar a renda, reduzir impactos ambientais e estimular a formação de empreendedores, entre outros benefícios (GRAPEGGIA; LEZANA; ORTIGARA; SANTOS, 2011).

Tamanho é a importância econômica dos pequenos negócios que vários estudos são realizados com o objetivo de identificar as causas dos sucessos e dos fracassos das iniciativas dos pequenos empreendedores. Uma vez identificadas as causas do sucesso e as razões dos fracassos, estima-se que o sucesso possa ser replicado e o fracasso evitado. Entre as razões do sucesso de algumas empresas, as próprias características pessoais do empresário são apontadas como um fator condicionante.

Os primeiros estudos destinados a avaliar a contribuição do empreendedorismo para o desenvolvimento econômico surgiram no campo da economia (FILION, 1999). Vários economistas ocuparam-se do tema, entre eles, Cantillon e Say (GUIMARÃES,

2004). Mas a contribuição considerada mais relevante surgida deste campo do conhecimento é o trabalho do economista norte-americano, de origem checa, Joseph Alois Schumpeter.

Para Schumpeter, o empresário é um elemento fundamental da economia capitalista, responsável por grande parte de sua dinâmica. Ele é a figura central do desenvolvimento econômico. O empresário é o grande responsável pela implementação do processo de inovação por meio da adoção de novas combinações produtivas. Ele é a “força motriz de um grande número de fenômenos significativos” (SCHUMPETER, 1989, p. 58). São suas características pessoais, e a sua disposição em assumir riscos, tomando empréstimos do mercado financeiro e realizando investimentos em novos arranjos produtivos que impõe um ritmo de constante mudança ao sistema capitalista.

Um dos principais fenômenos postos em movimento pela figura do empresário é o processo de “destruição criadora” (SCHUMPETER, 1984). O economista mostra que a história do capitalismo está vinculada a uma série de revoluções técnico-produtivas que promovem um processo de mutação industrial. Nesse processo, a estrutura econômica é constantemente revolucionada a partir de dentro, destruindo o que é antigo e arcaico e criando elementos novos.

Embora Schumpeter reconheça a importância do empreendedorismo para o desenvolvimento econômico, ele não pode ser considerado um defensor incondicional do pequeno empresário, pois reconhece que o processo de desenvolvimento econômico, associado à destruição criadora, promove uma série de turbulências que levam diversos empreendimentos à ruína. Se, por um lado, a dinâmica típica do capitalismo estimula a inovação e o desenvolvimento, por outro, a mesma dinâmica é responsável pela eliminação dos negócios antigos e arcaicos. Muitos empregos são perdidos nesse processo, e as novas vagas criadas nos negócios inovadores nem sempre absorvem os excluídos dos processos antigos. A destruição criadora é, portanto, um processo por meio do qual muitos empresários de pequeno porte são excluídos do mercado.

Bonacim, Cunha e Corrêa (2009) realizam uma revisão na literatura sobre as qualidades do empreendedor apresentadas por uma série de “escolas de empreendedorismo”. Entre as características do empreendedor, é possível destacar sua habilidade intuitiva e instintiva de perceber oportunidades de mercado, valores e atitudes únicos que o estimulam a assumir riscos. São também criativos, líderes, capazes de coordenar as atividades de várias pessoas e são capazes de adaptar seu estilo pessoal à necessidade do negócio.

Psicólogos, psicanalistas, sociólogos além de outros profissionais dedicados ao campo do comportamento humano tentaram isolar as características pessoais do empreendedor para compreender seu comportamento. Os aspectos da personalidade do empreendedor, seu sistema de valores, suas ideologias, sua necessidade de realização e de poder foram estudados por autores como McClelland; Homaday; Meredith, Nelson & Neck; Timmons, entre vários outros, classificados, de forma

genérica, por Fillion (1999) pela designação de “comportamentalistas”.

Porém, os estudos dos aspectos comportamentais dos empreendedores mostram forte influência de correntes empírico-analíticas que buscam sistematizar variáveis e estabelecer graus de significância entre variáveis quantitativas, de forma a estabelecer uma relação de causa e efeito (GUIMARÃES, 2004). Tais análises procuram estabelecer um perfil ideal de empreendedor, um modelo ótimo a ser reproduzido, um padrão a ser ensinado nos cursos de formação de empreendedores.

Apesar do esforço empreendido por muitas Instituições de Ensino Superior, em formar profissionais empreendedores dentro do perfil considerado ideal pelo mercado, os resultados não tem sido animadores, pois a sobrevivência dos pequenos empreendimentos costuma ser relativamente limitada.

De acordo com o SEBRAE - Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (2013), a taxa de mortalidade de micro e pequenas empresas está ligeiramente abaixo de 25% passados dois anos após a sua constituição. Após cinco anos de criação da empresa, a taxa de mortalidade chega a 60% em alguns estados da federação (BEDE, 2004). Esses índices vêm diminuindo lentamente nos últimos anos, mas ainda são muito expressivos.

A mortalidade das empresas quase sempre é associada ao fracasso do empreendedor (GRAPEGGIA; LEZANA; ORTIGARA; SANTOS, 2011). No Brasil, a elevada mortalidade também é justificada pelos aspectos burocráticos que dificultam a abertura de novos negócios, a falta de políticas públicas destinadas à consolidação do empreendedorismo no país (DORNELAS, 2001), a elevada carga tributária, a incapacidade de concorrência com os grandes conglomerados, a falta de poder de barganha para negociar preços e prazos, entre outros (BONACIM; CUNHA; CORRÊA, 2009).

O fracasso dos novos empreendimentos também é atribuído a limitações técnicas do empreendedor (falta de experiência e competência gerencial), aspectos mercadológicos (falta de conhecimento do mercado do produto e do serviço), aspectos técnico-operacionais (falta de qualidade, localização inapropriada, tecnologia obsoleta, etc.), aspectos financeiros (política equivocada de crédito, excessiva imobilização de ativos fixos, falta de gestão financeira, etc.) e aspectos jurídico/organizacionais (falta de planejamento e estrutura organizacional inadequada).

A elevada taxa de mortalidade dos pequenos empreendimentos pode, em parte, ser explicada pelo fato do empreendedor ser levado a assumir riscos, de forma inconsequente e sem o devido preparo técnico, por imposição da conjuntura econômica. No Brasil, uma parcela significativa dos empreendedores decide assumir as incertezas da vida empresarial pressionado pelos problemas sociais enfrentados pelo país. A perda do emprego, a dificuldade de inserção no mercado de trabalho, ou até mesmo a frustração por trabalhar em atividades mal remuneradas e sem perspectivas de ascensão profissional levam muitas pessoas a abrirem seus próprios negócios (GRAPEGGIA; LEZANA; ORTIGARA; SANTOS, 2011).

Cientes desse problema, muitas Instituições de Ensino Superior, particularmente nos cursos de Administração, passaram a incluir nas suas matrizes curriculares disciplinas específicas de empreendedorismo. Mas a decisão de oferta dessas disciplinas por parte das Instituições de Ensino se dá em virtude de uma demanda de estudantes desejosos em “consumir” um conhecimento que, em tese, pode melhorar sua condição de vida por meio da promessa de sucesso no campo empresarial. A oferta de disciplinas relacionadas ao empreendedorismo ocorre muito mais como uma “oportunidade de mercado” a ser explorada por Instituições de Ensino, que em muitos casos, são geridas como unidades de negócio que precisam apresentar lucros.

No contexto da mercantilização do ensino de administração no Brasil (PAES DE PAULA; RODRIGUES, 2006), a matriz curricular dos cursos são montadas sem que se realize um questionamento de suas bases epistemológicas. O paradigma funcionalista, de base positivista (LEMOS; BAZZO, 2011) é tomado como dado e a visão de mercado é tida como a única disponível. Dentro da lógica do mercado, o lucro passa a ser um objetivo aceitável, que em muitos casos suplanta a preocupação com a qualidade e a responsabilidade social da educação. A consequência é um processo de “macdonaldização” do ensino da Administração (ALCADIPANI; BRESLER, 2000), onde as instituições de ensino não se importam mais com a qualidade da formação dos estudantes, mas com os números de cursos, de matrículas e de aprovações. Assim, para maximizar a quantidade de alunos e, no caso das instituições privadas, as receitas, o curso é estruturado de forma a se tornar atrativo aos consumidores em potencial. Se o “mercado” mostra uma demanda por disciplinas de empreendedorismo, as “universidades-lanchonete” (ALCADIPANI; BRESLER, 2000) apressam-se em oferecê-las.

Cabe perguntar em que medida a reflexão sobre as bases epistemológicas que sustentam o ensino de disciplinas de empreendedorismo pode contribuir para reduzir a taxa de mortalidade dos pequenos empreendimentos? A resposta pode estar relacionada com a percepção de que a principal causa destes elevados índices de mortalidade não esteja tão fortemente ligada à deficiente qualificação técnica do empreendedor. Mesmo empreendedores qualificados falham. Talvez a resposta a essa mortalidade esteja na própria dinâmica da sociedade capitalista como Schumpeter já havia colocado.

Michael Porter (1989), ao analisar o comportamento das firmas no mercado, vê a sua atuação como um campo de guerra, onde os participantes precisam adotar estratégias adequadas para se manterem vivos no mercado. O uso de estratégias inadequadas compromete o desempenho da empresa e pode custar a sua sobrevivência. Porém, se as estratégias corretas forem adotadas, posições (de mercado) mais consistentes poderão ser defendidas, permitindo aos mais competentes proceder “ataques” (PORTER, 1989, p. 473) às empresas líderes e conquistar novas posições.

Nessa dinâmica capitalista apresentada por Porter (1989), parece haver pouco espaço para os pequenos empreendimentos. A eles é permitido sobreviver

enquanto suas atividades não prejudicarem os planos dos grandes oligopólios. Assim, os pequenos negócios podem preencher as brechas do mercado não atrativas às grandes corporações. E a atuação nessas lacunas do mercado será limitada pelas políticas das grandes empresas na disputa por clientes, fornecedores e profissionais. Se, eventualmente, algum pequeno negócio prosperar e começar a chamar a atenção, ele tende a ser absorvido pelas grandes corporações.

E o ensino do empreendedorismo em Instituições de Ensino Superior sem o devido questionamento de seus fundamentos epistemológicos pode, em certa medida, legitimar a dinâmica do mercado. Saraiva (2011) reconhece que a formação empreendedora e a ideia de tomar a carreira como um empreendimento não é totalmente desprovida de sentido, porém, o problema está em despolitizar e naturalizar o conceito. Enfatizar uma formação empreendedora significa aceitar e consentir com as iniciativas empresariais em prol da flexibilização das relações de trabalho. Incentivar desmesuradamente uma postura empreendedora tende a instalar uma lógica darwiniana de todos contra todos, onde somente os mais aptos (ao mercado) sobrevivem, dentro da perspectiva defendida por Porter (1989).

Considerar o empreendedorismo como uma saída para a crise do capitalismo e institucionalizar a formação empreendedora pelo seu ensino na educação superior torna “normal” a ideia de futuro incerto e ameaçador (SARAIVA, 2011). Uma visão de mundo individualista, ultra competitiva, baseada exclusivamente na performance instrumental é estimulada, em detrimento de valores solidários e coletivos. Temas como a precarização das relações trabalhistas ou a degradação das condições de vida dos pequenos empreendedores largados à própria sorte não são abordados, ou são relegados a um segundo plano obscurecido pelo *glamour* resplandecente do mundo dos negócios.

Dessa forma, o ensino do empreendedorismo, da forma como vem sendo implementado em muitas Instituições de Ensino Superior, funciona como um processo legitimador da lógica do mercado. Torna natural e aceitável a crescente dificuldade do capitalismo em gerar novos postos de trabalho. Além disso, por relacionar o sucesso ou o fracasso do empreendimento às habilidades do empreendedor, retira a culpa da degradação social das grandes corporações e a coloca sobre os ombros dos pequenos empreendedores. Os poucos casos de sucesso são tomados como exemplos a seres imitados, exemplos esses que a grande maioria não consegue reproduzir.

O próximo tópico será dedicado a explorar com maior profundidade algumas das limitações sistêmicas do capitalismo que, em parte, explicam os elevados índices de mortalidade dos pequenos empreendimentos.

3 | O DECLÍNIO DO FORDISMO

Diferentes correntes do pensamento econômico têm visões distintas acerca da

dinâmica da sociedade capitalista. O *mainstream* do pensamento econômico atual está fortemente estruturado sobre a vertente neoclássica, que tem nos economistas liberais os seus principais defensores. Tais concepções formam o substrato teórico sobre o qual foram estruturadas várias medidas econômicas destinadas a “fortalecer” as economias dos países emergentes e que ficaram conhecidas pela expressão “Consenso de Washington” (CHANG, 2002). A defesa da livre iniciativa empresarial e do liberalismo econômico com uma limitada capacidade de intervenção do Estado são alguns dos princípios defendidos por esta corrente de pensamento econômico.

Porém, tal linha de pensamento econômico tem sofrido críticas severas de outras correntes de pensamento, como o marxismo no século XIX e o keynesianismo no século XX, além de uma série de outras escolas de pensamento de diversas áreas das ciências sociais. Entre as críticas contra essa escola está o fato de suas concepções sobre os fenômenos econômicos serem estáticas e atemporais, pois não levam em consideração os aspectos históricos (CHANG, 2002). Enquanto o modelo econômico neoclássico pode ser considerado teoricamente e matematicamente sofisticado, ele é construído de tal forma a justificar o liberalismo econômico. Porém, suas premissas são irrealistas e demasiadamente simplificadas (TIGRE, 1998), o que o torna distante da realidade.

Esse distanciamento do *mainstream* da realidade tem provocado um constante questionamento de seus pressupostos e de sua funcionalidade para compreender a dinâmica da sociedade capitalista a ponto de alguns autores considerarem a economia, na sua vertente neoclássica, como uma disciplina que não se desenvolveu com o objetivo de alcançar maior rigor acadêmico e metodológico, mas “como parte de um processo de alienação intelectual e de mistificação ideológica ao qual se quis legitimar com uma orgulhosa exatidão na análise de conjuntos inexatos” (CASANOVA, 2006, p. 18).

Várias alternativas ao pensamento neoclássico existem, muitas das quais também são alvo de severas críticas. Porém, uma vertente do institucionalismo econômico denominada de Escola Francesa da Regulação, ou Escola Regulacionista (CONCEIÇÃO, 2002) considera que as relações sociais e os antagonismos movem o processo de contínua mudança do sistema econômico, resultando na reprodução de um ambiente permeado por contradições sociais.

Para esta abordagem, os antagonismos sociais geram fatores de polarização e conflitos que são mediados por instituições sociais. As instituições mediam os conflitos e estabilizam a sociedade, assegurando a sua reprodução. A mediação institucional dos conflitos visa seu controle, não a sua superação.

A teoria da regulação pode ser um poderoso instrumento para o entendimento da dinâmica da sociedade moderna. De acordo com essa escola do pensamento, todo sistema econômico, e toda técnica de produção (como o taylorismo) precisa ter um mínimo de legitimidade social. Tais elementos precisam anunciar uma promessa de vida melhor, talvez não para a geração atual, mas pelo menos para as gerações

futuras.

Lipietz (1991) afirma que um modelo de desenvolvimento econômico precisa se sustentar num tripé: um modelo de organização do trabalho, um regime de acumulação e um modo de regulação (conjunto de mecanismos sociais que efetuam o ajuste dos comportamento contraditórios e conflituosos aos princípios coletivos do regime de acumulação).

Para o autor, a hegemonia norte americana ao longo do século XX esteve associada a um modelo de regulação por ele chamado de “fordismo” (LIPIETZ, 1991, 29). No fordismo, o modelo de organização do trabalho é fortemente baseado na produção em massa e no taylorismo. O regime de acumulação do fordismo segue os princípios econômicos keynesianos e o modo de regulação está profundamente ligado à distribuição dos ganhos de produtividade entre os trabalhadores.

Esse processo permitiu ao capitalismo obter relativa legitimidade ao longo do século XX, pois ele anunciava, e em parte cumpria, uma promessa de vida melhor. Os sacrifícios nas linhas de produção, as doenças ocupacionais, as injustiças trabalhistas, os privilégios de classe foram suportados pela grande massa de trabalhadores, pois desde o início da Revolução Industrial, criou-se a promessa de abundância material.

Em parte, essa promessa vinha sendo cumprida. Parcelas crescentes das massas de trabalhadores foram sendo incorporadas às classes médias. Outras parcelas foram definitivamente excluídas do mercado, mas as esperanças de uma vida melhor, e de reparação das injustiças sociais estavam sempre presentes. A divisão do trabalho, a tecnologia, a mecanização, a linha de montagem, a robotização e a automação, no seu devido tempo, operariam milagres e permitiriam aos homens um paraíso na terra, com poucas horas de trabalho, e muito lazer. O paradigma fordista ofereceu uma concepção de progresso baseada no desenvolvimento técnico, na prosperidade social (pelo aumento do poder aquisitivo) e na expansão do Estado, fiador do interesse geral contra as invasões dos interesses particulares.

Lipietz (1991, p. 44) mostra que ao final do século XX esse paradigma hegemônico entra em crise sob uma série de aspectos. A alienação provocada pelas técnicas de produção chegaram a um limite, e os incrementos tecnológicos, não compensam a redução no ritmo dos ganhos de produtividade. Os custos dos investimentos em capital precisam ser compensados com redução de gastos com mão-de-obra. Essa redução não se dá via redução monetária (nominal) dos salários, mas pela redução real do poder de compra e pela redução da massa de trabalhadores empregados. O volume total de salários pagos diminui, gerando uma crise de demanda. Os ganhos de produtividade do passado não podem mais ser socializados em função dos elevados custos com investimento em capital fixo.

A crise do modelo fordista provocou um distanciamento de suas promessas. Poucos ainda acreditam que a afluência material chegará a todos. Do ponto de vista da sustentabilidade ambiental isso sequer é desejável. Com isso, este sistema econômico, e o paradigma fordista perdem legitimidade. O pessimismo reina absoluto

entre os trabalhadores. As inovações tecnológicas apresentam soluções para poucos. Os avanços científicos trazem benefícios para quem pode pagar por eles.

O capitalismo, dentro do modelo fordista, ainda sobrevive, mas com dificuldade. Está estruturalmente comprometido e precisa manter-se com o apoio de determinadas instituições sociais que ainda que ainda lhe são úteis. Quando Instituições de Ensino Superior convencem seus estudantes de que os empregos formais estão no fim e que eles precisarão assumir riscos como empreendedores num mercado incerto, onde somente poucos obterão sucesso, estão concordando e legitimando esta lógica. Estão sendo conservadores (SARAIVA, 2011), pois apostam num modelo em declínio.

Considerando que este modelo de organização econômica atualmente já não responde de forma adequada aos problemas contemporâneos, tendo perdido boa parte de sua legitimidade, a sua defesa, mesmo que de forma indireta, pelo ensino de uma formação empreendedora, só pode ocorrer junto a Instituições de Ensino Superior que não se preocupam em avaliar os pressupostos epistemológicos dos conhecimentos que disseminam.

Uma adequada avaliação dos determinantes epistemológicos dos cursos de administração e das disciplinas voltadas ao empreendedorismo mostraria que tais conhecimentos, que se julgam imparciais, estão a serviço de determinados grupos sociais que defendem que as forças do mercado são suficientes para ordenar todos os aspectos da vida humana associada. Porém o mercado não é neutro como os neoclássicos afirmam (CHANG, 2002). A sociedade orientada pelo mercado teve seus méritos, particularmente durante o modelo de acumulação fordista (LIPIETZ, 1991), mas hoje a “Espaçonave Terra” é impulsionada por quatro motores descontrolados (ciência, tecnologia, economia e busca de lucro) rumo à autodestruição (MORIN, 2007).

O paradigma sociocultural da modernidade ocidental teve sua importância enquanto força emancipadora da humanidade, mas estamos vivendo o ocaso desse modelo de organização social. O fato de ainda permanecer como paradigma dominante deve-se à inércia histórica (SANTOS, 2011).

A incapacidade dos modelos econômicos do *mainstream* e da administração tradicional em oferecer respostas concretas aos problemas da atualidade tem levado ao crescente questionamento de suas fundações ontológicas, compromissos teóricos, convenções metodológicas e predileções ideológicas. Os pressupostos das abordagens funcionalistas têm sido incinerados por críticas ferozes a sua arrogância teórica inata e sua pretensão metodológica.

Diante dessa situação, nos vemos diante de duas alternativas possíveis como aponta Reed (1998). Uma primeira opção seria “avançar a qualquer custo” reforçando o paradigma dominante, orientado pelo mercado, o que implicaria numa reclusão às fortificações intelectuais que oferecem proteção contra os efeitos radicalmente desestabilizadores da crítica contínua e da desconstrução. Esta é uma opção que agrada ao *status quo* vigente, pois não questiona os princípios básicos da organização

social vigente. Propostas de incentivo ao empreendedorismo individual, voltado ao mercado, se ajustam perfeitamente a esta alternativa.

Outra opção seria procurar novos paradigmas. Para isso, é preciso estimular uma continuada proliferação de mais questões e incertezas e mais narrativas que gerem questões, algo que só é possível se os profissionais de administração puderem ser sensibilizados para a necessidade de preservar e utilizar o pluralismo intelectual, estimulados por um pensamento crítico e reflexivo. Isso permite a procura por modelos de organização econômica e produtiva diferentes, não orientadas exclusivamente pelo mercado. Essa abertura a uma economia plural permite também a concepção de novas formas de empreendedorismo, ou seja, um empreendedorismo não limitado pela racionalidade instrumental. Um empreendedorismo orientado por valores humanistas. Um empreendedorismo social e ambientalmente responsável. As características dessa nova forma de empreendedorismo serão detalhadas no próximo tópico.

4 | UM NOVO EMPREENDEDORISMO.

Para Rifkin (2012) a atual geração pode ser a última a ter empregos formais tradicionais. Os nossos filhos, e muitos dos estudantes que hoje frequentam os bancos escolares só encontrarão colocação **nas organizações da sociedade civil**, organizações estas não orientadas pelos valores do mercado. O autor afirma que tais organizações são as únicas que tem condições efetivas de criar novos “postos de trabalho”.

As organizações da sociedade civil compreendem uma miríade de configurações organizacionais, formais e informais que são denominadas de variadas formas, como organizações do terceiro setor, organizações da economia social, ou da economia solidária, economia popular ou até mesmo, da economia informal.

As atividades econômicas oriundas de organizações da sociedade civil são orientadas por valores diferentes dos que dirigem as relações instrumentais do mercado. Ao invés do individualismo, da competição e da concorrência, tais organizações são conduzidas pela solidariedade, pela reciprocidade, pela base comunitária, pelo uso dos saberes locais. Tais organizações não são orientadas pelo lucro, seus resultados não podem ser apropriados para fins particulares e não tem por objetivo gerar patrimônios particulares. Suas atividades não são necessariamente rentáveis, porém são socialmente muito úteis. Gratidão, lealdade, caridade, amor, compaixão, responsabilidade, solidariedade, verdade e beleza são “moedas correntes que alimentam o patrimônio do setor” (FERNANDES, 1994, p. 24).

O empreendedorismo tradicional, vinculado ao mercado, costuma considerar tais valores em tom depreciativo, como se eles fossem prejudiciais aos negócios. As especificidades das organizações oriundas da sociedade civil não podem ser avaliadas pelos critérios instrumentais típicos de organizações voltadas para o mercado. A

utilização de técnicas de gestão de orientação funcionalista (marketing, finanças, recursos humanos, etc.) na condução dessas novas formas organizacionais tende a gerar conflitos na medida em que as especificidades das organizações da sociedade civil podem ser consideradas disfunções a serem equacionadas (ANDION, 2005).

Paralelamente, as organizações da sociedade civil precisam, em alguma medida, continuar a interagir com o mercado. Isso implica em sérios desafios uma vez que lógicas de ação distintas precisam entrar em contato. Por um lado, a lógica do mercado, orientado pelo poder, pelas normas, pelo controle e pelo resultado econômico-financeiro. De outro lado, a lógica do mundo da vida (ANDION, 2005) cujos valores primordiais estão relacionados às relações pessoais, à história comum, ao diálogo, à reflexão coletiva, entre outros. O desafio de compatibilizar essas duas lógicas é muito grande, e dificilmente pode ser enfrentado por um empreendedor com uma formação puramente funcional/instrumental.

Novas formas de organização da produção, baseadas no uso de tecnologias sociais e em valores distintos aos do mercado podem colocar em suspensão algumas das condições fundamentais da lógica de produção capitalista (GAIGER, 2013). Com isso, os requisitos fundamentais do trabalho assalariado e da extração e apropriação de trabalho excedente podem ser significativamente alterados. Isso abre espaço para novas formas de organização social da produção e estabelece alternativas à estrutura econômica dominante. Uma nova forma de trabalho, integrada a uma dimensão política da vida coletiva e estimulada pela autogestão pode criar condições para reconciliar o trabalhador com os frutos de seu trabalho, superando, em parte, a alienação provocada pelo trabalho assalariado tradicional. É uma forma de reinserir a economia nas relações sociais e reduzir seu componente utilitarista (GUERREIRO RAMOS, 1989).

A questão da inovação também pode ser compreendida por uma perspectiva ampliada se as limitações da perspectiva positivista/funcionalista forem ultrapassadas. Schumpeter (1989), em sua concepção vinculada à racionalidade do mercado, via, na ação inovadora do empreendedor, a origem do desenvolvimento econômico. Essa inovação consistia basicamente no rearranjo dos recursos produtivos, que eventualmente conduziam a novos desenvolvimentos tecnológicos. Embora os benefícios materiais decorrentes das inovações tecnológicas sejam inegáveis, a sua submissão à racionalidade instrumental do mercado impede que eventuais ganhos sejam compartilhados entre os vários membros da sociedade. As inovações tecnológicas, atuando dentro dessa lógica utilitarista, transformam-se em mecanismos de concentração de renda e exclusão social.

A crescente insatisfação social decorrente deste processo vem estimulando a sociedade civil a preencher as lacunas deixadas pelo Estado e pelo mercado com uma nova modalidade de inovação: a inovação social (BIGNETTI, 2011). Para este autor esta modalidade de inovação é definida como «o resultado do conhecimento aplicado a necessidades sociais através da participação e da cooperação de todos os atores

envolvidos, gerando soluções novas e duradouras para grupos sociais, comunidades ou para a sociedade em geral.» (BIGNETTI, 2011, p. 4). Ao contrário da inovação vinculada ao ganho econômico, a inovação social busca beneficiar primordialmente os seres humanos. Esta modalidade de inovação não está necessariamente comprometida com os benefícios financeiros. A inovação social está estruturada sobre a cooperação entre os atores sociais com vistas a resolver problemas das comunidades e dos grupos sociais por meio do atendimento de necessidades variadas relacionadas à saúde, educação, trabalho, lazer, transporte, turismo, etc.

A gestão e a condução da inovação social requer modelos distintos dos modelos tradicionais de gestão tecnológica. Enquanto o processo de inovação tradicional é gerenciado de dentro para fora, pela introdução de um novo processo de produção, ou de um novo produto ou serviço direcionado ao mercado, a inovação social é iniciada e conduzida pelos próprios atores sociais beneficiários do projeto. Assim como a tecnologia social, a inovação social constitui-se numa construção social (BIGNETTI, 2011).

Se um empreendedor tentar conduzir um processo de inovação social tomando por base os pressupostos epistemológicos típicos da gestão voltada ao mercado, a probabilidade de insucesso é muito grande. A lógica inovação voltada ao mercado preocupa-se com a salvaguarda dos direitos autorais sobre as novas tecnologias, para evitar que elas sejam difundidas entre os concorrentes, preservando a vantagem competitiva da empresa inovadora por mais tempo. A lógica da inovação social é diametralmente oposta. A inovação social busca a replicação e a maior difusão possível do conhecimento inovador, pois quanto maior essa difusão, maior será o número de beneficiários da ação inovadora.

Nas palavras de Rifkin (2012), as organizações oriundas da sociedade civil, não orientadas pelos valores do mercado, são as únicas que apresentam índices consistentes de incremento de empregos, embora a expressão “emprego assalariado” não possa ser adequadamente usada para descrever essas novas relações de trabalho. Esse movimento pode ser o indicador de uma transformação da lógica de produção capitalista. Embora o capitalismo em si possa continuar funcionando, e apesar das relações de mercado ainda se fazerem presentes, o regime de acumulação pode estar em transformação, e podemos estar presenciando os primeiros sinais de um regime de acumulação pós-fordista cujas características ainda não estão claramente definidas, porém as mudanças já podem estar em curso.

Para esse novo contexto sócio produtivo, a formação de empreendedores voltados exclusivamente à lógica do mercado é apostar no passado, no que claramente não funciona, no que polariza e distancia os grupos sociais, no que gera graves desequilíbrios ambientais. As Universidades e demais Instituições de Ensino Superior podem adotar um papel mais ativo na formação de um novo profissional. Além do empreendedorismo tradicional a formação de empreendedores sociais poderia ser estimulada.

O desenvolvimento de um sistema produtivo pós-fordista, estruturado sobre a coordenação e cooperação entre os diversos atores sociais precisa de um novo tipo de empreendedor. Como as relações de produção diluem-se num processo cooperativo entre os diversos agentes espalhados por um determinado território, o novo empreendedor passa a desempenhar um papel de mediação necessário para o estabelecimento das condições sociais administrativas e políticas da produção, ligando o trabalho dos vários grupos e integrando as cadeias produtivas.

O novo empreendedor inscreve sua função criadora dentro da cooperação social e dentro de um processo de autonomia produtiva que se constitui e se reforça no conjunto da sociedade. Esse novo profissional precisa se inserir de forma harmônica com o sentido das relações sociais e culturais do seu grupo social. A eficácia de sua intervenção será medida em função dessa atitude. Assim, o novo empreendedor minimiza suas dimensões instrumentais-funcionais e transforma-se num empresário político (NEGRI, 1999).

Uma das funções do empresário político, também chamado por Negri (1999) de empresário coletivo, é articular os atores de seu grupo social de forma que se construa e se acumule um capital social (PUTNAM, 2000) sob a forma de regras de reciprocidade e sistemas de participação cívica que possam facilitar a cooperação espontânea. A instalação de um ambiente de confiança e cooperação entre os vários atores sociais pode desenvolver uma reciprocidade generalizada dando condições a esse grupo de realizar objetivos que seriam inalcançáveis num cenário de desconfiança e competitividade típica do mercado.

As Universidades e demais Instituições de Ensino Superior precisam adotar um papel ativo na formação de um novo perfil de empreendedor. Há uma crescente cobrança social por uma universidade mais inclusiva e mais próxima das demandas sociais. Espera-se das universidades uma maior contribuição para transformações sociais efetivas e consistentes a partir de uma maior aproximação das comunidades e uma maior identificação com as causas populares. Os conhecimentos científicos por ela gerados precisam ser usados em benefício do bem comum. Num contexto de esgotamento do regime de acumulação fordista, não existe mais espaço para uma formação universitária elitista que, ao invés de diminuir, acentua as disparidades sociais. A Universidade não pode atuar como uma prestadora de serviços educacionais que vende técnicas de promoção do alpinismo social.

5 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho procurou mostrar que a atividade dos micro e pequenos empreendedores é efetivamente muito importante em termos econômicos e, sobretudo, sociais. Porém, apesar dessa importância, as taxas de mortalidade dos pequenos empreendimentos ainda são muito elevadas. Em parte, essa mortalidade pode ser

justificada pela falta de qualificação técnica dos pequenos empreendedores, porém a ampliação da oferta de cursos de administração dedicados à formação de potenciais empreendedores não parece estar surtindo o efeito esperado. Apesar dos esforços das Instituições de Ensino Superior e de entidades de apoio aos micro e pequenos empresários, a redução dos índices de mortalidade ainda tem sido muito lenta.

Essa dificuldade reside, em grande parte, na apropriação acrítica da perspectiva positivista/funcionalista e da lógica mercantil como única alternativa viável para nortear o ordenamento social e econômico. Tal perspectiva limita a percepção de uma deficiência estrutural do sistema capitalista, particularmente de seu regime de acumulação fordista. A própria dinâmica do sistema econômico tem feito com que as grandes corporações não tenham condições de ampliar significativamente as vagas de emprego. Em função da acirrada concorrência num mundo em processo de globalização, investimentos poupadores de mão-de-obra precisam ser feitos sob pena do empreendimento ser excluído do mercado. Diante dessa dificuldade estrutural do capitalismo, o empreendedorismo tem sido visto como uma tábua de salvação, pois teria condições de gerar as vagas de emprego que o grande capital não pode mais criar.

Ocorre que muitos cursos de administração tentam formar empreendedores dentro do viés do mercado. Embora, nos pequenos negócios, as escalas produtivas e os investimentos envolvidos sejam menores, os valores (morais) que conduzem as ações desses empreendedores não diferem significativamente dos valores defendidos pelo grande capital. Muitos dos pequenos empreendedores sonham com o sucesso financeiro e com a transformação de seu pequeno negócio num empreendimento vigoroso, que os permitirá ascender socialmente. Os poucos que conseguem trilhar esse caminho passam a agir num mercado concorrencial e competitivo, buscando “conquistar mercados” destruindo concorrentes, e por consequência, eliminando vagas de emprego. É lamentável que esses casos sejam vistos como exemplos de sucesso empresarial, modelos a serem imitados. Sua legitimidade só se sustenta numa sociedade fundamentalmente orientada pelos valores do mercado, valores estes que estão sendo crescentemente questionados.

A limitada percepção dos parâmetros epistemológicos desse tipo de formação de empreendedores por parte dos cursos de administração faz com que os egressos dessas instituições considerem esse cenário natural e perfeitamente justificável. Julgam que esta é a regra do competitivo mundo dos negócios onde tudo é permitido em nome do sucesso econômico e o alpinismo social.

Os que rejeitam um mundo competitivo acabam rotulados de ineficientes, ineptos, incapazes, ou seja, indignos de vivenciarem o glamoroso e elitista mundo dos negócios. Poucos se dão conta de que os valores utilitaristas do mercado, levados ao extremo, também irão atuar no sentido de expulsar os pequenos empreendimentos do ambiente concorrencial.

Porém, no berço da sociedade civil, tem emergido, em todo mundo, um novo

tipo de empreendedorismo. Gradualmente, alguns grupos da sociedade civil se apercebem que nem o mercado, nem o Estado, estão realmente preocupados com a sua condição. Tais grupos estão iniciando uma mobilização comunitária com o objetivo de resolver seus problemas mais imediatos. E as ações colocadas em curso por tais grupos não são orientadas pelos valores do mercado. Algumas dessas organizações são formalizadas. Outras não. Porém são atuantes.

Tais iniciativas não se confundem com as experiências ideológicas e totalitárias dos Estados Comunistas. Também não se submetem ao fetichismo ideológico do consumo e do mercado. Por isso tais grupos talvez ainda sejam vistos em tom depreciativo pelos detentores do poder econômico.

Mas um movimento está em marcha na sociedade, um movimento que nasce das deficiências do regime de acumulação hegemônico. Este movimento é caracterizado por um novo tipo de empreendimento que necessita de um novo tipo de empreendedor. Um empreendedor que seja guiado por valores como a solidariedade, a cooperação, a dádiva, a reciprocidade, e uma série de outros valores desprezados pela lógica de ação do mercado.

Num mundo em transformação é temerário continuar a fomentar um conjunto de valores que conduziram o planeta às margens do colapso ambiental, que promoveram a concentração excessiva de renda, o distanciamento entre as classes sociais, a exploração, a alienação e a frustração. Tudo em benefício de poucos grupos. É ingenuidade acreditar que os problemas do mundo atual serão resolvidos com um reforço da lógica do mercado, com um recrudescimento do utilitarismo, com uma ampliação do espaço para o lucro privado e com a intensificação da lógica positivista e funcionalista da ciência ocidental.

A alternativa não é um retorno ao passado distante, mas também não é um reforço às regras cartesianas, mecanicistas da sociedade contemporânea. Além disso, o novo paradigma sócio produtivo que se firma no horizonte talvez não tenha promessas tão atraentes quanto as que o mundo industrializado apresentava no início do século XX. Hoje, porém, percebemos que muitas dessas promessas da sociedade industrial são irrealizáveis para a grande maioria da população mundial. O modelo de sociedade que se busca é orientado pela inclusão social, pelo respeito e pela justiça distributiva. Este modelo de sociedade precisa de um novo tipo de empreendedor, cujas habilidades para o novo tipo de trabalho ainda precisam ser desenvolvidas. Para que esse horizonte se concretize é necessário que Universidades e demais Instituições de Ensino Superior passem a adotar um papel ativo nesse processo, iniciando com uma profunda reflexão sobre os fundamentos epistemológicos dos conteúdos curriculares ministrados e a sua adequação ao enfrentamento dos sérios problemas sociais, produtivos, distributivos, ambientais, éticos e morais contemporâneos.

REFERÊNCIAS

- ALCADIPANI, R.; BRESLER, R. Macdonaldização do ensino. In: **Carta Capital**, São Paulo, ano VI, edição 122, 10 maio 2000, p. 20-24.
- ANDION, Carolina. A Gestão no Campo da Economia Solidária: Particularidades e Desafios. **RAC – Revista de Administração Contemporânea**, v. 9, n. 1, Jan./Mar. 2005: 79-101.
- BEDE, M. A. (coord.) **Sobrevivência e mortalidade das empresas paulistas de 1 a 5 anos**. São Paulo : SEBRAE, 2004.
- BIGNETTI, L. P. As inovações sociais: uma incursão por ideias, tendências e focos de pesquisa. **Ciências Sociais Unisinos**, São Leopoldo, Vol. 47, N. 1, p. 3-14, jan/abr 2011.
- BONACIM, C. A. G.; CUNHA, J. A. C.; CORRÊA, H. L. Mortalidade dos empreendimentos de micro e pequenas empresas: causas e aprendizagem. **Gestão & Regionalidade** - Vol. 25 - Nº 74, p. 61-78 - mai-ago/2009.
- CASANOVA, P. G. **As novas ciências e as humanidades**: da academia à política. São Paulo: Ed. Boitempo, 2006.
- CHANG, H. **Chutando a escada**: a estratégia do desenvolvimento em perspectiva histórica. São Paulo: Ed. Unesp. 2002.
- CONCEIÇÃO, O. A. C. **Instituições, crescimento e mudança na ótica institucionalista**. Porto Alegre: FEE. Teses FEE 1, 2002.
- DORNELAS, J. C. A. **Empreendedorismo**: transformando ideias em negócios. Rio de Janeiro: Campus, 2001.
- FERNANDES, R. C. O terceiro setor na América Latina. In : FERNANDES, R. C. **Privado porém público**: o terceiro setor na América Latina. Rio de Janeiro : Relue-Dumará, 1994.
- FERREIRA, L. F .F. ; OLIVA, F. L. ; SANTOS, S. A. ; GRISI, C. C. H. ; LIMA, A. C. Análise quantitativa sobre a mortalidade precoce de micro e pequenas empresas da cidade de São Paulo. **Gestão & Produção**. São Carlos, v. 19, n. 4, p. 811-823, 2012.
- FILION, L.J. Empreendedorismo: empreendedores e proprietários-gerentes de pequenos negócios. São Paulo: **RAUSP**, v.34, n.2, p.5-28, abr/jun 1999.
- GAIGER, L. I. A Economia Solidária e a revitalização do paradigma cooperativo. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, vol.28 nº.82, São Paulo, jun./2013.
- GRAPEGGIA, M.; LEZANA, A. G. R.; ORTIGARA, A. A.; SANTOS, P. C. F. Fatores condicionantes de sucesso e/ou mortalidade de micro e pequenas empresas em Santa Catarina. **Produção**, v. 21, n. 3, p. 444-455, jul./set. 2011.
- GUERREIRO RAMOS, A. **A nova ciência das organizações**: uma reconceitualização da riqueza das nações. 2º ed, Rio de Janeiro: Ed da Fundação Getúlio Vargas, 1989.
- GUIMARÃES, T. B. C. Análise epistemológica do campo do empreendedorismo. Encontro da ANPAD – Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Administração, XXVIII, 2004. Curitiba, 2004. **Anais...** Curitiba - PR, 2004.

IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Estatísticas do Cadastro Central de Empresas**. Brasília, 2012.

KEMPF, H. **Como os ricos destroem o planeta**. São Paulo: Ed. Globo, 2010.

LEMOS, D. C.; BAZZO, W. A. Administração como uma ciência social aplicada: integrando ciência, tecnologia e sociedade no ensino de administração. **Revista Pensamento Contemporâneo em Administração – RPCA**, Rio de Janeiro, v. 5, n. 3, set./dez. 2011.

LIPIETZ, A. **Audácia, uma alternativa para o século 21**. São Paulo: Nobel, 1991.

MORIN, E. Restricted complexity, general complexity. In: GERSHENSON, C.; AERTS, D.; EDMONDS, B., **Worldviews, science and us: Philosophy and complexity**. Singapore: World Scientific Pub Co Inc., 2007.

NEGRI, A. O empresário político. In: COCCO, G. et al. (orgs.) **Empresários e empregos nos novos territórios produtivos – o caso da Terceira Itália**. Rio de Janeiro: DP&A, 1999.

PAES DE PAULA, A. P.; RODRIGUES, M. A. Pedagogia crítica no ensino da administração: desafios e possibilidades. **Revista de Administração de Empresas**. v. 46, edição especial Minas Gerais, p. 10-22, 2006.

PORTER, M. **Vantagem Competitiva: criando e sustentando um desempenho superior**. Rio de Janeiro: Campus, 1989.

PUTNAM, R. **Comunidade e democracia: a experiência da Itália moderna**. Rio de Janeiro: FGV, 2000.

REED, M. Teorização organizacional: um campo historicamente contestado. In: CLEGG, S. R.; HARDY, C.; NORD, W.R. **Handbook de estudos organizacionais: modelos de análise e novas questões em estudos organizacionais**. São Paulo: Atlas, 1998.

RIFKIN, J. **A Terceira Revolução Industrial**. São Paulo: M. Books, 2012.

RIFKIN, Jeremy. **O fim dos empregos**. São Paulo: Makron Books, 1996.

SANTOS, B. S. **A Crítica da razão indolente: contra o desperdício da experiência**. São Paulo: Cortez, 2011.

SARAIVA, L. A. S. A educação superior em administração no Brasil e a questão da emancipação: um túnel no fim da luz? **Revista Gestão e Planejamento**, Salvador, v. 12, n. 1, p. 41-60, jan./jun. 2011.

SCHUMPETER, J. A. A Instabilidade do Capitalismo. In: CARNEIRO, Ricardo (Org.). **Os Clássicos da Economia**. São Paulo : Editora Ática, 1984a.

SCHUMPETER, J. A. **A Teoria do Desenvolvimento Econômico**. São Paulo: Nova Cultural, 1989, coleção “Os Economistas”.

SCHUMPETER, J. A. **Capitalismo, socialismo e democracia**. Rio de Janeiro: Editora Fundo de Cultura, 1984.

SEBRAE - Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas. **Sobreviência das Empresas no Brasil**. Coleção Estudos e Pesquisas. Brasília-DF : SEBRAE NACIONAL, jul/2013.

SEBRAE-SP - Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas. **10 Anos de Monitoramento da Sobrevivência e Mortalidade de Empresas**. São Paulo: SEBRAE-SP, 2008.

TIGRE, P. B. Inovação e teorias da firma em três paradigmas. **Revista de Economia Contemporânea**. nº 3, p. 67-111, jan./jun. de 1998.

Agência Brasileira do ISBN
ISBN 978-85-7247-176-3

